



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 194241-6 - Comarca do Recife

Apelante: Estado de Pernambuco.

Apelado: Rivaldo Leandro dos Santos.

5527

EMENTA: CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO OMISSIVO. QUEDA DE ÁRVORE. DANOS MATERIAIS. CULPA COMPROVADA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Veículo pertencente a policial militar estadual, trabalhando na jornada extra no serviço de "Patrulha Escolar" regularmente estacionado no pátio interno da unidade de ensino, que veio a ser atingido pela queda de uma árvore, daí resultando danos de grandes proporções, não havendo falar em suposta colisão a ensejar os referidos estragos, apenas aventada pela parte contrária. 2. Inquestionáveis o dano, a omissão estatal e o liame causal entre ambos, sendo de se ressaltar quanto à não conservação da árvore, o risco que tal inação implicou principalmente no que tange às pessoas que transitam na escola, inexistindo notícia de qualquer evento da natureza que pudesse, à época, ter causado o referido tombamento, patente, portanto, a culpa da administração no desencadear do evento. 3. Observado o disposto nos arts. 186 do Código Civil e evidenciado o montante correspondente aos gastos despendidos, cumpre ao Estado ressarcirlos. 4. Apelo uniformemente improvido, incólumes os arts. 333, I do CPC e 37, § 6º, da Magna Carta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 194241-6, acima referenciada, julgada em sessão realizada no dia 07/01/2010, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 194241-6 – Comarca do Recife

Apelante: Estado de Pernambuco.

Apelado: Rivaldo Leandro dos Santos.

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível diante de sentença prolatada em ação indenizatória por danos materiais e morais, que julgou parcialmente procedente o pedido deduzido na inicial, para condenar o Estado de Pernambuco a ressarcir os danos patrimoniais no montante de R\$ 1.772,82 (mil setecentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos), decorrentes do tombamento de uma árvore sobre o automóvel do autor, não assim em relação aos danos imateriais, decisão fundamentada nos arts. 269, I e 330, I, do CPC.

Razões de fls. 82/85, em que se aduz a impossibilidade de responsabilização objetiva do Estado no caso concreto, bem como a inexistência de nexo de causalidade entre o gravame e a coisa que lhe teria originado, pelo que inobservado o ônus da prova a que alude o art. 333, I do CPC, tampouco evidenciado o montante correspondente aos supostos gastos com o reparo do veículo, pugnando por fim pela reforma do julgado.

Sem contrariedade, certidão de fls. 99, vieram-me os autos conclusos.

É o relatório, à revisão.

Recife, 03 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Presidente Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 194241-6 - Comarca do Recife

Apelante: Estado de Pernambuco.

Apelado: Rivaldo Leandro dos Santos.

VOTO

De logo, observo que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público, como na espécie, é subjetiva, consagrada pelo art. 186 do Código Civil, vital a identificação dos seguintes requisitos: dano, ação administrativa, o nexo causal entre ambos e a conduta culposa do agente, cujo eventual dever de indenizar poderá ser afastado nos casos de caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, conforme STF, RE 178806/RJ, T2, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 08/11/1994.

Através de farta documentação acostada às fls. 17/37 dos autos, restou provado que o autor da demanda, policial militar estadual, trabalhando na jornada extra no serviço de "Patrulha Escolar" junto à Escola Estadual Senador Novaes Filho, no dia do sinistro deixou seu carro regularmente estacionado no pátio interno da unidade de ensino, no início do expediente, local em que horas mais tarde, o automóvel veio a ser atingido pela queda de uma árvore da escola, daí resultando danos de grandes proporções, não havendo falar em suposta colisão a ensejar os referidos estragos, apenas aventada pela parte contrária.

São inquestionáveis o dano, a omissão estatal e o liame causal entre ambos, sendo de se ressaltar quanto à não conservação da árvore, o risco que tal inação implicou principalmente no que tange às pessoas que transitam na escola, inexistindo notícia de qualquer evento da natureza que pudesse, à época, ter causado o referido tombamento, patente, portanto, a culpa da administração no desencadear do evento.

Presentes todos esses elementos, satisfeita que está a exigência a que alude o art. 333, I do CPC e evidenciado o montante correspondente aos gastos dependidos, cumpre ao Estado ressarcir-los.

No sentido posto, são os arestos a seguir colacionados:

Responsabilidade Civil - Queda de árvore - Danos materiais - Negligência - Falha do serviço - Sentença de procedência - A responsabilidade por omissão da Administração é subjetiva, decorrente da negligência ou falha do serviço público - Manifesta improcedência - Negado seguimento (TJSP, AC 2992775900, 10CDP, Rel. Desa. Teresa Ramos Marques, DJ 21/11/2008).

REMESSA NECESSÁRIA E: APELAÇÃO VOLUNTÁRIA ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - QUEDA DE ÁRVORE EM VIA PÚBLICA - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO OMISSIVO - CULPA DO

164
P
159

MUNICÍPIO COMPROVADA - INEXISTÊNCIA DE CAUSA DE EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE - APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA - REMESSA CONHECIDA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA MONOCRÁTICA - DECISÃO UNÂNIME 1- Verifica-se que o acidente ocorreu na via pública, não existindo culpa da vítima e nem qualquer motivo de caso fortuito ou força maior que pudesse ter ocasionado a queda da árvore, sendo a Prefeitura Municipal responsável por sua manutenção. 2 - Fica evidenciada a culpa do Município, eis que as vias públicas são de sua responsabilidade, devendo este ter o cuidado de zelar por elas e não permitir que árvores, placas ou outros objetos danificados ou em situação de risco sejam mantidos às margens das ruas, apresentando risco para as pessoas que delas fazem uso. 3 - Apelação conhecida e improvida. Remessa conhecida para manter a sentença monocrática. 4 - Decisão unânime (TJES, RN 13039000347 ES, 2CC, Rel. Des. Elpídio José Duque, DJ 29/06/2005).

Pelo exposto, nego provimento ao apelo, incólumes os arts. 333, I do CPC e 37, § 6º, da Magna Carta.

É como voto.

Recife, 7 de junho de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

165
R

166

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRTEO (PRESIDENTE E RELATOR)

Ouçõ o eminente Revisor.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO (REVISOR)

O meu voto em revisão é na linha de entendimento do voto de V. Exa., negando provimento ao apelo.

DESEMBARGADOR CARLOS MORAIS

Acompanho o voto da Turma.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, IMPROVEU-SE O APELO".

f